



ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DA ESCOLA DUAL: O ENSINO-TÉCNICO PARA OS ESTUDANTES DAS CLASSES POPULARES

Aílla Andrade Sousa¹

Lorena Miranda Fonseca²

Silvana Sousa Andrade³

INTRODUÇÃO

Historicamente, o Ensino Médio, tem sido campo de debates e também de disputa por diferentes segmentos da sociedade e, sobretudo, configurado um espaço de uma escola dual marcada pelo recorte de classe (ARAÚJO, 2019). O que tem sido visto, ao longo das décadas para esta última etapa da Educação Básica é duas ideias de educação e escola conflitando entre si. Uma que entende a escola sob a perspectiva da formação humana por uma dimensão libertadora e integral para desenvolvimento humano na perspectiva unilateral e outra ideia que entende a escola sob o aspecto da preparação da mão-de-obra para o mercado. Para Araújo (2019, p.108) “tem sido tradicionalmente entendida na oferta de um ensino secundário-superior para elites e primária-profissional para as classes trabalhadoras”. Em outras palavras o autor quis dizer que essa ideia da escola dual está indiscutivelmente assentada nos princípios da divisão de classes sociais.

O entendimento deste modelo de educação configura a escola como aparelho de reprodução da ideologia dominante, isto é, apoiado por uma ideia classista, de modo que, para os filhos da classe trabalhadora a predominância da escola pública sendo para preparação destinada ao mercado de trabalho. Enquanto para os filhos da classe dominante uma educação propedêutica

¹ Acadêmica do Curso em Licenciatura em Geografia, pela UNEB – Campus V, Santo Antônio de Jesus/BA. E-mail: aillaandrade@hotmail.com.

² Bacharelanda em Psicologia, pela UNINOVE – SP, Técnica em Enfermagem no Programa Consultório na Rua – BOMPAR – SP. E-mail: lorenamirandafonseca558@gmail.com.

³ Me. Educação (UESB), Pedagoga (UESC), Professora da Educação Básica (PMI) e Graduação na rede privada. E-mail: syl31andrdefonseca@gmail.com.



pensada para que os estudantes adentrem a Universidade. Nesta direção, o discurso ideológico sobre o Ensino Médio perpassa pela ideia de que esta modalidade educacional deva se adequar à sociedade do conhecimento, na perspectiva das novas dinâmicas do mercado de trabalho, para atender às expectativas empreendedoras das iniciativas de inserção de mão-de-obra jovial no mercado; e essa percepção tem se concretizado no entendimento da escola dual (RAMOS; FRIGOTTO, 2017).

Partindo destas percepções é que, o presente estudo traz algumas reflexões acerca da temática sobre os impactos das reformas do Ensino Médio e as implicações para os estudantes das classes trabalhadoras (FRIGOTTO, 2018), cujo objetivo consiste em identificar algumas situações que demonstram nitidamente desigualdades entre os estudantes do Ensino Médio em relação às classes sociais e a redução de direito à Educação.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Para Kuenzer (1997, p. 15) "existem dois projetos pedagógicos distintos que atendem às necessidades definidas pela divisão técnica e social do trabalho de formar trabalhadores instrumentais e trabalhadores intelectuais através de sistemas distintos". A reforma mais atual do Ensino Médio, instituída pela Lei 13.415/2017 acentua significativamente a ideia da formação dual, quando insere o curso técnico no currículo como parte da formação básica dos estudantes, isto é, "a promoção da formação escolar para a divisão sócio-técnica do trabalho" (ALMEIDA, 2018, p.170). Com base nestas reflexões pretendem-se com este texto responder: Quais as implicações da reforma do Novo Ensino Médio na perspectiva da escola dual em relação aos estudantes das classes populares na Educação Básica? A partir das leituras de estudos e pesquisas que versam sobre a reforma do Novo Ensino Médio para responder a pergunta norteadora supracitada destacam-se:

- Há um discurso em defesa de políticas públicas com enfoque na questão da empregabilidade dos jovens estudantes com o Novo Ensino Médio. Logo, inquestionavelmente, trata-se dos filhos da classe trabalhadora. O Ensino Médio-



Técnico para o desenvolvimento de competências técnicas para venda da mão-de-obra juvenil. Prevalecendo aquela máxima “da escola para o trabalho” – os pobres. Enquanto a classe média o enfoque é o ingresso na Universidade. Frigotto (2018, p. 65) vai dizer que “o tipo de opção econômica e a natureza de empregos que a economia brasileira oferece, é falsa”. Ou seja, não há espaço de trabalho para todos os egressos do Ensino Médio.

- Outra constatação é que o ensino médio na perspectiva dual impacta indiscriminadamente aos jovens pobres, a classe trabalhadora e, sem dúvidas reforçando a divisão de classe, prevalecendo à dominância do capital. Antunes (2018) adverte sobre a dualidade deste sistema de escola do Ensino Médio, que visa majoritariamente, a força do trabalho da camada trabalhadora. Significa dizer que a reforma do Novo Ensino Médio implica numa formação em que a classe trabalhadora se inclinará, inevitavelmente, para a ideia da qualificação profissional, superficial, diga-se de passagem, visando atender as demandas do mercado capital.

- Outra implicação tem a ver com a flexibilização do currículo (escola dual evidenciado) a qual o torna reduzido para a formação cidadã-crítica (Filosofia, Sociologia, Educação Física, Artes) significa que na prática essa flexibilização curricular favorece consideravelmente o aumento da desigualdade entre as classes. Logo, a atual política do novo Ensino Médio tem sido incentivada pela lógica do mercado e dos organismos neoliberais intrínsecos da sociedade capitalista (ARAÚJO, 2019; MARX, 2011). Neste sentido, a educação reza a cartilha da lógica do capital, isto é, a formação da força trabalhadora visando à produção que gera a mais-valia para o sistema. Isto é, a classe dominante “pensante” e a classe trabalhadora “produção mercadoria” (FRIGOTTO, 2010).

- O novo Ensino Médio, como está posto, indiscutivelmente ele nega uma educação integral, libertadora, emancipadora, como direito universal para os estudantes. Nas palavras de Mészáros (2011, p.96) se tem uma educação que está “sujeita cegamente aos mesmos imperativos, que implacavelmente, sobrepõe a tudo e seus próprios critérios de viabilidade [...] sempre a favor dos fortes e contra os fracos”.



CONSIDERAÇÕES

A partir das leituras e reflexões, inclusive, algumas delas destacadas neste texto, ressalta-se que, discutir o Ensino Médio ao longo das reformas da educação brasileira nos remete aos primeiros dispositivos legais que regulamentaram a educação básica brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Especialmente, devido ao desenvolvimento e expansão da modernização e industrialização do Brasil. Pois, esse movimento de progresso da industrialização brasileira estabelece visivelmente a educação classista, onde os filhos da classe trabalhadora recebem a educação para vender a força de trabalho, enquanto os filhos da classe dominante a educação estritamente propedêutica. A educação é classista! A sociedade capitalista inegavelmente está fundamentada na divisão social do trabalho, em outras palavras significa dizer que há quem faz a produção material (classe trabalhadora) e a produção intelectual (classe dominante), tal condição reflete diretamente na formação educacional. A educação é reprodutora do pensamento ideológico da classe dominante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cairo Lima Oliveira. **Contrarreforma do Ensino Médio: ações do empresariado para a educação da classe trabalhadora**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino Médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107-122, out./dez., 2019. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/articloe/view/13051/7099> Acesso em: 13 Set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 14 Set. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminações de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

_____. **A produtividade da escola improdutividade**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista / 9 ed.– São Paulo: Cortez, 2010.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da reflexão trabalho- educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. “Resistir é preciso, fazer não é preciso”: as contrarreformas do ensino médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa em Educação** - PPGE/UFES Vitória, ES. a. 14, v. 19, n. 46, p. 26-47, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/educacao/article/view/19329>. Acessado em: 12 Set. 2022.